

**ATA DA CENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1  
2  
3

4 Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e oito realizou-se a Centésima Oitava Reunião Ordinária do  
5 Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl.  
6 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e quinze minutos, com a presença dos seguintes  
7 Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões Pires**, Secretário de Estado do Meio Ambiente; **Sr.**  
8 **Dalmir Mendes dos Santos**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Paulo Fernando Galvão**  
9 **Braccinni**, Representante do Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; **Sra. Faraildes**  
10 **Auta de Ávila**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante do  
11 Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do  
12 Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carlos Alexandre V. Ávila**, Representante do  
13 Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Josué Vieira da Costa**, Representante do Secretário da  
14 Coordenação e Planejamento; **Sr. Ladimir da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança;  
15 **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representantes Titular da  
16 Mira-Serra; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular dos Amigos da Terra; **Sra. Elizabete Maria**  
17 **Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária Privada; **Sr. Adilson Carlos Metz**,  
18 Representante Titular da FETAG; **Sr. Sidnei Bruschi**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa**  
19 **Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fernando Hartmann**, Representante Titular da  
20 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtémir Goldmeier**, Representante Titular da  
21 FAMURS; **Sr. Marcelo Madeira**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Carlos Termignoni**,  
22 Representante do Centro de Biotecnologia do Estado; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos  
23 Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Marcelo Maisonete Duarte**, Representante Titular da FZB – Corpo  
24 Técnico. Participaram também da reunião, como convidados: Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; João  
25 Carlos Felix – SEINFRA; Arthur Lemos Júnior – FZB/SEMA, Paskulin - ANAMA; Nilsa de Figueiredo e  
26 Lélío Falcão – Força Sindical; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS. . **Pauta: 1. Discussão da Ata da 107ª**  
27 **Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitação de Municípios; 4. Recursos**  
28 **Administrativos; 5. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco da  
29 Rocha Simões Pires – SEMA, e secretariados pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA.  
30 **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Boa-tarde a todos. Vamos dar início a nossa 108ª  
31 Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. **1. Discussão da Ata da 107ª Reunião**  
32 **Ordinária do CONSEMA.** Nos termos regimentais eu questiono o nosso Plenário se receberam a cópia  
33 da Ata da 107ª Reunião Ordinária. Em tendo examinado há alguma correção, alguma ressalva, alguma  
34 observação a ser feita? **Sr. Sidnei Bruschi:** Boa-tarde. Na linha 445, ao final da linha, onde está escrito:  
35 “degrava”; dever ser: “degravado”. Na 446, onde está escrito: “quadra”; é: “quebra”. Ao final da mesma  
36 linha, a 446, onde está escrito: “migração que tem dos vitamínicos”; é: “ligação que tem com os  
37 amínicos”. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheiro. Serão levados em consideração. Mais alguém? **Sr.**  
38 **Flávio Lewgoy:** Talvez eu esteja recebendo com defeito ou talvez não tenha sido enviada a cópia  
39 eletrônica, porque, infelizmente, não tenho recebido, deve haver alguma falha, isso não é incomum. Eu só  
40 gostaria de deixar registrado. Em que data foi enviada? **Sr. Tiago Castagnetti:** Foi enviada há uma  
41 semana, Conselheiro. Foi junto com a convocação para a reunião. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu vou verificar  
42 isso, mas gostaria de deixar registrado. **Sr. Presidente:** Eu pediria que a Secretaria providenciasse um  
43 exemplar para o senhor já fazer alguma consulta e eventual manifestação ser encaminhada ainda nesta  
44 sessão. **Sr. Marcelo Madeira:** Boa-tarde, Sr. Presidente e demais colegas. Eu gostaria de só solicitar a  
45 retirada do meu nome, porque eu não participei dessa reunião e consta como se estivesse presente. **Sr.**  
46 **Presidente:** A Secretaria vai fazer essa corrigenda. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Uma correção entre as  
47 linhas 465 e 466, onde se lê: “A legislação Estadual não tem direito de ser mais restritiva”, leia-se: “Tem  
48 direito”. **Sr. Presidente:** Mais alguém gostaria de se manifestar? Feitas as correções os senhores  
49 concordam que deixemos uma janela aberta para quando do momento da aprovação para eventual  
50 corrigenda do Conselheiro Lewgoy da AGAPAN? Podemos fazer isso em homenagem ao Conselheiro  
51 Lewgoy? Está dispensada a leitura da ata? Quem é favorável? Vinte votos. Seguindo a pauta, então, em  
52 Comunicações. **2. Comunicações.** **Sr. Tiago Castagnetti:** Boa-tarde a todos. Em Comunicações nós  
53 temos *justificativas de ausência*: o Professor Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga, Representante Titular da  
54 *Instituição Universitária Privada*, justificou ausência por motivo de compromissos profissionais.  
55 Também justificou ausência a Professora Maria Teresa Raya Rodriguez, Representante Titular da  
56 *Instituição Universitária Pública* por motivo de viagem. Justificam as Representantes Titular e Suplente  
57 do *SINDIÁGUA*, Sra. Eloísa Quines e a Sra. Vera Lúcia Castro Alves, por motivos de força maior. Temos  
58 um ofício da *Secretaria das Obras Públicas*, que indica o Sr. Carlos Varante Ávila como representante da  
59 Secretaria das Obras Públicas nesta reunião do CONSEMA. Temos também indicação em definitivo,

60 **Ofício da Secretaria da Saúde nº 069/08**, que diz assim: “Em resposta ao Ofício nº 180/2008, do  
61 CONSEMA, encaminhamos os técnicos representantes desta Secretaria para compor o Conselho do Meio  
62 Ambiente, conforme segue: Titular Dalmir Mendes dos Santos e Suplente Mauro Brutter”. Quem assina é  
63 o Diretor Francisco Paz. Seriam essas as comunicações. **Sr. Presidente:** Nós temos aqui uma resposta que  
64 foi dirigida pelo IBAMA, em razão de uma reiteração que o Plenário decidiu que fosse cobrado a respeito  
65 do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Pai Querê, pode entrar em Assuntos Gerais? Assim  
66 oportunizamos a leitura do Sr. Flávio Lewgoy. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu já fiz a leitura. **Sr. Presidente:**  
67 Não há nenhuma corrigenda? **Sr. Flávio Lewgoy:** Não. **Sr. Presidente:** Então, o Tiago lê a solicitação  
68 feita pelo Presidente do Conselho e a resposta vinda do IBAMA. **Sr. Tiago Castagnetti: Ofício nº**  
69 **190/2008**, do CONSEMA, de 30 de abril: “Pelo presente, conforme o deliberado na 106ª Reunião  
70 Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada em 18 de abril do corrente ano, solicito a  
71 Vossa Senhoria informações a respeito da retomada dos estudos sobre a Usina Hidrelétrica de Pai Querê”.  
72 Quem assina é o Secretário, Presidente do CONSEMA, Otaviano Moraes, o ofício foi enviado ao Dr.  
73 Valter Muchagata, Chefe do Licenciamento do IBAMA em Brasília. Recebemos a resposta através do  
74 **Ofício nº 353/2008**, do IBAMA, expedido em 23 de maio de 2008: “Sr. Presidente, em resposta ao Ofício  
75 CONSEMA nº 190/2008 informo que foi retomado o processo de licenciamento ambiental da Usina  
76 Hidrelétrica de Pai Querê, porém, não será realizado EIA/RIMA, como anteriormente apresentado pelo  
77 empreendedor, para avaliação da sua viabilidade ambiental. Com vista a colher subsídios para a definição  
78 do escopo da solicitação de adequações dos estudos ambientais apresentados, foi realizada vistoria na área  
79 de influência das hidrelétricas no período de 14 a 18 de abril, para qual foram convidados os órgãos  
80 envolvidos no processo de licenciamento ambiental. Atenciosamente, Roberto Messias Franco – Diretor  
81 do Licenciamento Ambiental”. **Sr. Presidente:** Em complemento a essa comunicação, esta semana estive  
82 reunido com o Dr. Valter Muchagata e com o Dr. Volnei Zanarde, e surgiu essa temática, que tanto o  
83 IBAMA quanto o Ministério do Meio Ambiente estão tendo a máxima cautela em razão dessa retomada  
84 do processo do licenciamento da Hidrelétrica de Pai Querê. Até em razão de estudos querem levar em  
85 consideração a avaliação integrada da bacia do Uruguai, feita pela EPE, mas ainda carente de algumas  
86 complementações. Então, eu informo que foi uma reunião no final da quarta-feira e uma reunião pela  
87 manhã, e eu atualizo os senhores que é exatamente isso, houve a retomada do processo, porém, tanto o  
88 Ministério quanto o IBAMA estão extremamente cautelosos na evolução desse processo, com a  
89 preocupação de exigências complementares, em razão dessas peculiaridades desse projeto. Até em razão  
90 da última ação, que ainda carece de alguma outra complementação desses estudos da bacia hidrográfica do  
91 rio Uruguai e, em especial, eles estão mais centrados na preocupação das hidrelétricas. O IBAMA e o  
92 Ministério do Meio Ambiente querem as complementações para não ficar só o estudo da avaliação  
93 integrada sem a preocupação das pequenas centrais hidrelétricas dos rios contribuintes da bacia do  
94 Uruguai, bem como tudo aquilo que já é conhecido de todos nós: as questões referentes aos barramentos  
95 existentes, a interrupção de piracema e a dificuldade de piracema, a utilização ou não, adequação de  
96 escadas ou coisas do gênero; que são estudos da UNIJUI. Nessa reunião também ficou traçada essa  
97 estratégia, que eles deverão, e eu serei o intermediário, fazer contato com as universidades, são 10  
98 universidades que estão trabalhando no Pólo Região de Agricultura e Pesca da bacia hidrográfica do rio  
99 Uruguai. Então, nós faremos um contato para os estudos já existentes, onde serão encaminhados ao  
100 Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA, como complemento contributivo à própria avaliação  
101 integrada, bem como para servir de elemento de qualificação do processo e análise e melhor  
102 enriquecimento do processo em relação a essas hidrelétricas. **Sr. Tiago Castagnetti:** Como seguinte ponto  
103 de pauta, Presidente, a qualificação de municípios. **Sr. Presidente:** Pelo Regimento Interno temos *quorum*  
104 qualificado. Então, Pieper, por favor, vamos à apresentação. **3. Habilitação de Municípios. Sr. Niro**  
105 **Afonso Pieper:** Boa-tarde. Vamos aos municípios por ordem alfabética, o Município de Itaara. **Sr.**  
106 **Presidente:** É o processo nº 136620500.00/7. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Senhores Conselheiros, Itaara é  
107 um dos municípios, um dos poucos por enquanto em que há atuação do Poder Judiciário e Ministério  
108 Público no sentido de providenciar a sua qualificação junto a este Conselho. Até por isso, faz quase um  
109 ano, ele chegou aqui com uma certa rapidez, pois o município já havia protocolado há alguns anos o  
110 pedido de habilitação. O município fica muito próximo de Santa Maria, uma população de 5.500  
111 habitantes, uma área de 172k<sup>2</sup>. A estrutura é um Departamento de Meio Ambiente vinculado à Secretaria  
112 da Indústria e Comércio, possui um licenciador e um fiscal nos termos da resolução e ali está relacionado.  
113 **Sr. Presidente:** Pieper, com licença, os senhores me perdoem, mas houve um erro na condução. Depois  
114 dos informes gerais e da verificação de *quorum* nós teríamos que deliberar sobre a aprovação da ata, que,  
115 antecipadamente o Professor Lewgoy colocou que não tinha alteração. Podemos aprovar a ata com as  
116 ressalvas que os Conselheiros fizeram? Quem estiver a favor da aprovação da ata nos termos elaborados,

117 por favor, manifeste-se. Vinte votos. **Aprovada a ata.** Pieper, por favor, e os senhores me desculpem por  
118 essa falha. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Continuando, nós estávamos falando da equipe multidisciplinar, que  
119 está relacionada, sendo que o licenciador está nominalmente relacionado nessa equipe multidisciplinar,  
120 que é a Engenheira Tatiane. A base econômica, é um município com características bastante de  
121 conservação do ambiente, até pela questão topográfica que está constando agricultura e mineração como  
122 destaque, mas, também, tem uma atração turística bastante forte, que foi refletido no plano e foi exposto  
123 pelo município na reunião da Câmara Técnica. Os principais impactos ambientais são esgotamento  
124 doméstico, a erosão e assoreamento dos rios, o uso inadequado de agrotóxicos, o desmatamento de APPs,  
125 dejetos de animais. Os programas e projetos que são: Controle da Qualidade da Água, Combate ao  
126 Mosquito Borrachudo, Combate ao Mosquito da Dengue, Controle de Zoonoses e Sistema Biológico de  
127 Tratamento de Efluentes caseiros; todos eles bastante voltados à saúde, e os demais estão em fase de  
128 aprimoramento dos projetos. Isso foi feito constar no parecer e assim foi aprovado também na Câmara  
129 Técnica, que são aqueles demais, que são as determinações das áreas de conflito e uso da terra, o estudo  
130 das microbacias hidrográficas, o sistema de tratamento de efluente do município, o controle de atividade  
131 de mineração, a irrigação ambiental técnica e os estudos para implantação de unidade de conservação. Foi  
132 feito constar claramente como ressalva o aprimoramento desses programas e projetos, também o mapa de  
133 zoneamento ambiental no prazo de 90 dias. Ele foi aprovado por maioria, com um voto contrário, como  
134 bem lembra aqui a Conselheira Lisiane, que tem assento na Câmara Técnica. Sr. Presidente, em bloco ou  
135 individualmente? **Sr. Presidente:** Eu consulto, rotineiramente, tem sido apresentado juntos e depois  
136 votamos em separado, pode ser? A senhora quer se manifestar em relação a este processo? Então, vamos  
137 fazer a apresentação, discussão e votação. Por favor, Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane**  
138 **Becker:** Boa-tarde. No caso de Itaara, realmente, não é só uma ressalva, a ressalva aqui é bem grande em  
139 relação aos projetos, porque na própria Câmara Técnica nós avaliamos os modos que o município não  
140 teria como se qualificar, para vir para a Plenária, e um desses modos seria a não compatibilização, a  
141 incoerência entre os programas e projetos e seus impactos ambientais diagnosticados no próprio plano. Na  
142 verdade, os projetos deles são diagnósticos, é estudo disso, levantamento daquilo, então, o projeto já é um  
143 estudo, no caso, não corrige nenhum problema de impacto ambiental, mas simplesmente posterga. Nesse  
144 caso eu acho que deveria voltar para que eles realmente analisassem a coerência entre projetos e  
145 programas apresentados. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheira Lisiane. Mais algum dos senhores quer  
146 fazer alguma observação? Professor Lewgoy, por favor. **Sr. Flávio Lewgoy:** Como disse a nossa  
147 companheira Lisiane, eu participo de outra Câmara Técnica, não dessa, mas me chamou atenção  
148 exatamente isso. E a equipe multidisciplinar, não sei se é assim chamada, não sei qual a formação do Sr.  
149 Ariel. Alguém sabe? Eu não sei qual a formação da Sra. Débora; mas, seja como for, o município parece  
150 que está carecendo muito de pessoas na equipe multidisciplinar com formação em ciências biológicas. É  
151 todo mundo engenheiro aí, nada contra os engenheiros, mas cada um na sua função. Era isso que eu tinha  
152 a dizer apenas. Obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Conselheiro Lewgoy. Mais alguém gostaria de se  
153 manifestar sobre o processo de qualificação de Itaara? Pieper, o seguinte, por favor. **Sr. Niro Afonso**  
154 **Pieper:** Vou fazer a leitura do Município de Palmeiras das Missões. É um município de maior porte, fica  
155 na região das Missões, fica na região de Carazinho, transição do Alto Uruguai, na verdade, tem Missões  
156 no nome, mas não é tão nas Missões quanto se possa imaginar. População de 37.155, uma área territorial  
157 de 1.415Km<sup>2</sup>. A estrutura é um Departamento de Meio Ambiente que integra a Secretaria da Agricultura e  
158 Meio Ambiente. Os licenciadores são um médico veterinário e uma bióloga, mais a equipe  
159 multidisciplinar oriunda dos quadros com aproveitamento temporário de alguns funcionários, esses demais  
160 profissionais que estão relacionados são arquiteto, engenheiro agrônomo e o Secretário do Meio  
161 Ambiente, que é também Secretário da Agricultura, dois técnicos em agropecuária e dois fiscais. A base  
162 econômica é bastante variada, tem agropecuária: soja, trigo, milho, cevada, cana-de-açúcar, aveia, feijão,  
163 arroz e hortigranjeiros; soja, trigo e milho os principais. Tem a produção de aves, gado de corte, leiteiros,  
164 suínos, piscicultura e agricultura, todos eles estão com a indicação de rebanhos aproximados. E na  
165 indústria, em especial de trigo e oriundos do trigo e laticínios, está a erva mate com uma importância  
166 regional. Os principais impactos no setor primário são do meio rural, costumes em todos o Estado, os  
167 organismos geneticamente modificados, as atividades industriais, o esgotamento sanitário no meio urbano,  
168 os resíduos sólidos urbanos, os resíduos sólidos industriais, a poluição atmosférica. Vou fazer uma  
169 referência, que após a elaboração do plano ambiental, que, na verdade, foi analisada em duas reuniões da  
170 Câmara Técnica, na primeira foi solicitado alguns aprimoramentos, que já foram feitos em equipe, como o  
171 enquadramento e planejamento, todos eles não conclusos. Ontem mesmo recebemos um mapa bastante  
172 completo do município, cuja contratação estava em andamento e em 30 dias deverá complementar esses  
173 mapas. Nós não encontramos nenhum óbice em prosseguir com essa análise já que a contratação está em

174 andamento e produção está acontecendo, inclusive, tem alguns mapas já colocados no processo. A  
175 referência que eu queria fazer é quanto ao volume de informações a respeito do esgotamento sanitário que  
176 chegou ao processo a tempo para a elaboração do plano ambiental. Programas e projetos são: Programa  
177 Municipal de Educação Ambiental, Programa Municipal de Resíduos Sólidos, Programa Municipal de  
178 Conservação e Proteção dos Recursos Hídricos e Programa de Agrotóxicos. Além desses, outros  
179 programas e projetos em fase também de aprimoramento e planejamento: Programa Municipal de Gestão  
180 Ambiental, está para ser implantado: Programa Agenda 21 Local, Programa Municipal de Conservação  
181 dos Solos e Proteção dos Recursos Hídricos, que já está constando. Projetos de Recomposição das Matas  
182 Ciliares: Proteção de Banhados e Águas Nascentes; proteção e recomposição das Áreas de Preservação  
183 Permanente; Subprograma de Controle de Erosão e Assoreamentos dos Corpos Hídricos. Projeto  
184 Microbacias: organização da gestão ambiental por microbacia hidrográfica e Projeto de Comunicação  
185 Ambiental. Destaque para esse projeto voltado a microbacias. O outro é um ponto negativo, espero que  
186 não venha a reduzir ainda mais a cobertura florestal de Palmeiras das Missões, que é apenas em torno de  
187 9% do território. As pendências são matas que já (*Inaudível*), que deverá chegar em pouco tempo. A  
188 aprovação de Palmeiras das Missões foi por maioria de votos na Câmara Técnica de Gestão  
189 Compartilhada já sanada a deficiência da equipe técnica apontada na reunião anterior. Foi aprovada na  
190 112ª e na reunião anterior tinha sido verificada uma deficiência da equipe técnica já sanada. Então, esse é  
191 o relatório. **Sr. Presidente:** Algum dos Conselheiros gostaria de debater a apresentação do relatório? Não  
192 havendo questionamentos passamos ao terceiro município, Pinheiro do Vale, Processo nº 8735050007/5.  
193 **Sr. Niro Afonso Pieper:** O processo de Pinheirinho do Vale é um pouco mais recente, de 2007. A  
194 característica marcante do município é por ser um dos maiores produtores de suínos por área, existe maior  
195 concentração, mas o Município de Pinheirinho do Vale tem uma alta concentração de produtores de suínos  
196 pelo fato de estar fazendo divisa com Santa Catarina, portanto, nas margens do Rio Uruguai. A população  
197 é de, aproximadamente, 4.200 habitantes, uma área territorial de 105Km². O município dispõe de um  
198 Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. O licenciador é a Bióloga Carla, tem ainda o  
199 Adroaldo Lisboa, Adelar, como fiscal. Essa é a equipe do município. A base econômica são culturas de  
200 soja, milho, fumo, citricultura e bovinos de leite, indústrias e agroindústrias. E os principais impactos são  
201 dejetos de suínos e poluição hídrica. Os programas e projetos são: recuperação da Área de Preservação  
202 Permanente, no caso, boa parte atingida por uma faixa maior, porque é a mais costeira, 30m, está na  
203 beira do rio Uruguai; o Projeto Horta Escolar; Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. E  
204 também, é o terceiro município, algumas metas estão para ser aprimoradas, que é um Plano de Ação na  
205 Área Florestal, Plano de Ação de Arborização em Áreas Verdes Urbanas, o Licenciamento Ambiental  
206 Municipal, juntamente com o esgotamento sanitário, controle de zoonoses, monitoramento de fiscalização  
207 ambiental, com todos aqueles subprojetos de monitoria da qualidade da água, monitoria do índice de  
208 vegetação, fiscalização de lixões clandestinos, que eu imagino que seja a deposição irregular de resíduos  
209 em locais não licenciados; monitoramento do lixo do serviço de saúde; fiscalização de danos à  
210 arborização. Ainda um Programa de Manejo Ambiental, Plano de Arborização Urbana em Áreas Verdes e  
211 o Plano de Educação Ambiental, formal e informal. Não há pendências para o município e a aprovação foi  
212 por unanimidade. No entanto, a Câmara Técnica entendeu por bem que o zoneamento apresentado seja  
213 aprimorado e que sejam formulados projetos a partir das metas e ações que acabei de ler. Então, foram  
214 essas as ressalvas, foi aprovado por unanimidade na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, na 112ª  
215 Reunião. **Sr. Presidente:** Conselheira Lisiane da Mira-Serra, depois o Sr. Flávio Lewgoy da AGAPAN,  
216 Conselheiro Ladimir do Comando Ambiental e Conselheiro Valtemir da FAMURS, nessa ordem. **Sra.**  
217 **Lisiane Becker:** Eu gostaria de perguntar até ao representante da Brigada sobre os biodigestores, porque  
218 foi colocado na Câmara Técnica que esses dejetos suínos, como não constam nos programas e projetos,  
219 eles alegaram que estão com o projeto adiantado de biodigestores, recolhendo 100% do material de suínos.  
220 Nós acreditamos, mas seria interessante saber se existe lixo clandestino. **Sr. Flávio Lewgoy:** Prezados  
221 Conselheiros, eu até acho um dos mais interessantes a estruturação da equipe, os programas, mas há uma  
222 deficiência que eu notei. Até poderia projetar de novo um dos *slides* das principais atividades agrícolas de  
223 Pinheirinho do Vale. É o seguinte: como é comum nos municípios, atividade agrícola é importante, por  
224 isso que eu pedi para projetar de novo o *slide* da produção: milho, soja, fumo, citricultura. Tudo isso leva  
225 muito agrotóxico e não vi nenhum programa de monitoramento, uma apropriação, não lembro de ter visto.  
226 Onde está o Programa de Monitoramento de Agrotóxicos? Então, eu recomendaria, isso tem que ser como  
227 todos os outros, todos têm e com razão, porque nós temos culturas, temos atividades agrícolas de soja,  
228 milho. A soja leva herbicida, aquele companheiro do Rondap, o Rondap é companheira da soja  
229 transgênica, a Monsanto tem. Então, isso não é inofensivo. No milho nós temos inseticida, fungicida.  
230 Então, isso tudo não pode passar em branco, eu acho que está faltando, é uma deficiência nesse plano do

231 município. Obrigado. **Sr. Ladimir da Silva:** Em relação ao questionamento feito sobre o recolhimento  
232 dos resíduos, eu não participo da Câmara Técnica e realmente não tenho condições de responder. Tem um  
233 colega da Brigada que poderia responder, participa da Câmara Técnica e conhece bem esse processo. Eu  
234 gostaria de fazer uma ressalva, porque também fiquei preocupado em relação ao licenciamento de Itaara,  
235 com a manifestação do Conselheiro, porque, efetivamente, se há alguma dúvida não podemos deixar sem  
236 resposta. Se for possível que seja respondido, até para a gente possa votar com tranquilidade, dando  
237 respostas aos questionamentos. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Um esclarecimento sobre Pinheirinho do Vale,  
238 especificamente sobre os agroquímicos não encontrei, não está no relatório, mas dentro das estratégias de  
239 licenciamento e fiscalização estão incluídas as atividades agropecuárias, o que com toda certeza estará  
240 acompanhado de fiscalização o uso dos agroquímicos. A respeito do projeto biodigestor, no caso, quando  
241 foi acostado ao processo talvez não estivesse nessa fase e é um projeto bem elaborado, ele integra o  
242 processo das folhas 372 até 438, é feito por uma empresa privada o recolhimento, como disse a  
243 Conselheira Lisiane, da totalidade dos dejetos suínos do município, onde a topografia, não sei se todos  
244 conhecem, em um primeiro momento está sendo feito por transporte rodoviário e com mais de 20  
245 produtores com adesão formalizada a esse projeto de tratamento e destinação concentrada dos dejetos  
246 suínos. Seriam esses os esclarecimentos, Presidente. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Boa-tarde a todos. A  
247 minha manifestação é rápida, só colocar que essa última manifestação do Pieper em relação aos dejetos de  
248 suínos, uma das ações resultantes de uma resolução aprovada por este Conselho permitiu que as empresas  
249 integradoras buscassem licenciamento ambiental integrado. Agora está gerando a condição de que a  
250 empresa que faz esse tipo de trabalho só busque o agricultor para entrar no sistema. Uma ação que nós  
251 desenvolvemos neste Conselho, em 2005, quando aprovamos essa resolução, que agora começou a dar  
252 esse resultado, até porque essas grandes empresas necessitam da certificação para conseguir exportar para  
253 o mercado europeu. Então, é dentro dessa sistemática que isso está sendo feito. Só gostaria de mostrar que  
254 um dia o Conselho permitiu que a gente buscasse o licenciamento integrado, essas empresas acabaram  
255 fazendo uma licença integrando os agricultores nessa licença. E para poder fazer parte disso é necessário  
256 que a pessoa entre na norma. Segundo esclarecimento, em relação aos três municípios, se vocês olharem,  
257 todos receberam o material pela internet, vocês vão ver que os três municípios têm sua água tratada pela  
258 CORSAN, nenhum tem tratamento de esgoto. Certamente, vai ter algum Conselheiro vai se levantar e  
259 dizer: “Mas o município tem que tratar”. Então, o que dá dinheiro no sistema é o esgoto, é a água. Só  
260 gostaria de fazer esse esclarecimento. Eu não estou culpando ninguém, não estou dizendo que isso é culpa  
261 da CORSAN, mas isso é uma filosofia que nós tínhamos no Estado – vamos resolver o problema da água,  
262 o esgoto é outro problema. Aí começa a se fazer as ligações clandestinas e nem todo mundo se antena a  
263 isso, vai passando anos e anos, hoje estamos com a situação que o Estado está. Por outro lado, fossa e  
264 sumidouro funcionam muito bem em qualquer lugar do mundo, mas só tem uma coisa, tem que limpar. É  
265 uma obra de engenharia? É. Tanto que nas faculdades de Engenharia se ensina que sistema de tratamento é  
266 fossa e sumidouro. Então, claro, nós seres humanos temos que tomar banho, se ficarmos 4 anos sem tomar  
267 banho certamente o nosso funcionamento natural não vai ser dos melhores. O pessoal faz uma fossa,  
268 depois faz a laje em cima e nunca mais limpa, daí não tem como funcionar. Outro esclarecimento: há o  
269 município tal que não está totalmente adequado, está em vias de ser. Gostaria de colocar que esse assunto  
270 poderia ter sido resolvido na Câmara Técnica, poderia ter-se solicitado complementação e ter chegado a  
271 este Plenário com a indicação de um programa efetivamente encaminhado. Então, eu sugiro que a gente  
272 aprove com ressalva e que o município apresente os programas, os seus na área ambiental e que possa  
273 melhorá-los. Em relação ao questionamento do Professor Lewgoy, em relação ao Município de  
274 Pinheirinho do Vale, sobre agrotóxicos, mas daí vale para os outros municípios. Eu gostaria de fazer um  
275 esclarecimento de que na maioria dos municípios do Estado está resolvida essa sistemática em relação aos  
276 agrotóxicos. A Secretaria Municipal de Agricultura, juntamente com as revendas desses agroquímicos têm  
277 programa de recolhimento de seus dejetos. Em relação ao dejetos de agroquímico na sua grande maioria está  
278 resolvido. Agora, sugiro que o município onde esse assunto foi levantado que o CONSEMA, na aprovação  
279 do município, inclua uma recomendação que o município crie um programa para reduzir a aplicação de  
280 agroquímico na sua agricultura. Pessoalmente, não entendi no caso de Palmeiras das Missões, quando foi  
281 colocado como um dos problemas ambientais alguma coisa a ver com “elementos geneticamente  
282 modificados”. Eu não consegui entender o que o município queria dizer com isso, não sei se tu podes  
283 projetar Palmeiras das Missões. **Sr. Presidente:** Deve ser soja transgênica. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Mas  
284 eu não consegui entender o que queria dizer, porque se a soja transgênica foi aprovada pelo Ministério por  
285 uma série de Entidades nacionais, não sei como isso seria um problema do município. Para encerrar,  
286 gostaria de também fazer uma colocação – ah, o município tal eventualmente tem alguma falha, em função  
287 disso não aprovamos. Eu pergunto: não homologar o município pelo Conselho, o que melhora o meio

288 ambiente lá? Então, a sugestão que eu dou aos Conselheiros é que a gente aprove. Voltando, está ali:  
289 “organismos geneticamente modificados”. Eu gostaria de saber quais os impactos, porque todos nós  
290 sabemos que isso é uma polêmica nacional, existem posições de todos os tipos e até hoje todo mundo  
291 afirma que não apareceram impactos gerados pelos organismos geneticamente modificados comprovados.  
292 Então, se em Palmeira das Missões apareceu eu gostaria que houvesse manifestação, porque eu também  
293 gostaria de conhecer. Ao que parece houve a inclusão disso, mas eu não consegui entender o que se quis  
294 dizer com isso. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu posso contribuir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Agradeço,  
295 Conselheiro, e já lhe passo a palavra. O Lessa também pode contribuir com isso, porque segundo a  
296 informação que se tem hoje, no Estado do Rio Grande do Sul se o agricultor quiser plantar soja não  
297 geneticamente modificada vai ter dificuldade em conseguir semente no Estado. Então, essas eram as  
298 minhas contribuições. Eu recomendo que a gente aprove os três municípios e naqueles que a gente queira  
299 colocar uma ressalva, a própria Resolução nº 167, do CONSEMA, aprovada ano passado, diz que nós  
300 temos 180 dias para exigir complementações. Obrigado, Sr. Presidente. **Sr. Adilson Carlos Metz:** Eu  
301 gostaria de manifestar algumas questões, até um certo esclarecimento, quando se toca na questão da área  
302 rural. Eu venho colocar uma preocupação ampla, que nós não vamos resolver no município, porque nós  
303 estamos ouvindo que vai faltar comida no mundo e todos nós sabemos dos impactos ambientais. Hoje nós  
304 temos no Brasil apenas 15% da população na área rural. Então, o grande desafio nosso é produzir mais  
305 comida, com menos veneno e menos germes, obviamente, protegendo o meio ambiente. Eu volto a dizer,  
306 se houver apoio por parte do Governo, o Brasil tem terra para produzir álcool, biodiesel e para a comida  
307 basta incentivo e boas práticas. A questão dos dejetos de suínos, o representante da FAMURS tem  
308 colocado isso, hoje as integradoras, tanto na questão de aves, suínos, eles recebem visitas permanentes dos  
309 importadores e se a propriedade não estiver adequada a própria integradora passa a ter dificuldades na  
310 exportação. Então, eu diria que hoje ela pode ainda ser um problema em alguns municípios pela  
311 quantidade, mas as práticas de conservação são muito rígidas, senão essas empresas não mais poderiam  
312 exportar. Quanto à questão dos agrotóxicos e programas, também me parece o programa uma discussão  
313 em nível nacional e não só em nível de município, porque hoje cada empresa que vende agrotóxicos, por  
314 lei, tem que ter um técnico responsável que dá a receita e a orientação para o produtor na hora em que  
315 adquire qualquer agrotóxico. Então, hoje também há um sistema bastante grande por lei, uma exigência  
316 que cada empresa que vende o agrotóxico tem um técnico responsável para orientar o agricultor. Foi  
317 colocado também sobre o recolhimento de embalagens, é um trabalho bonito, que bom que está sendo  
318 desenvolvido em todo o Estado, mas muitas vezes a gente se preocupa, mas muitas vezes não é aquele  
319 restinho na embalagem que vai ser o problema e sim o que está dentro dessas embalagens de agrotóxicos.  
320 Então, gostaríamos de manifestar o seguinte: em relação aos dejetos de suínos e aves há um controle  
321 muito grande por exigência de exportação. Quanto a agrotóxicos há a consciência de que é preciso a sua  
322 redução, porém, hoje ainda não temos tecnologia disponível que viabilize o agricultor em sua produção.  
323 Então, parece-me que não é o município que vai resolver esse problema. Apenas a título de informação,  
324 mas está se trabalhando muito nesse setor, porque nós sabemos que temos que fornecer mais comida com  
325 menos veneno. **Sr. Presidente:** Temos o representante Paulo Braccinni presente, da Secretaria da  
326 Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Conselheiro Flávio Lewgoy, por favor. **Sr. Flávio Lewgoy:**  
327 Prezados Colegas de Conselho, como muito bem disse o Conselheiro que me antecedeu, não é um  
328 problema do município, é um problema nacional. Apesar de só esse município ter colocado que os  
329 organismos geneticamente modificados são um dos problemas, na verdade, todos têm esse problema. Qual  
330 seria? No Rio Grande do Sul, atualmente, é soja geneticamente modificada. Por quê? Ela é exportada, por  
331 enquanto os importadores não estão colocando restrições porque há deficiência de comida, a China  
332 absorve toda a produção, outros países também. O que acontece? Acontece que há agricultores que,  
333 inicialmente, a maioria cultivava soja original, não-modificada, e há agricultores que cultivam essa soja, e  
334 há agricultores que cultivam a soja orgânica, que é certificada e tem um valor de mercado muito superior à  
335 soja comum e, claro, à soja geneticamente modificada. A “contaminação genética” é o nome do problema,  
336 é o nome do impacto, além do fato de que a soja geneticamente modificada não mais se contenta apenas  
337 com o herbicida Rondap ou, não me lembro agora o nome que tem, mas é o Rondap da Monsanto, que,  
338 casualmente, coincidentemente, também é a dona da tecnologia patenteada de modificação genética. E  
339 esses agricultores, os paranaenses dizem que é muito difícil de encontrar soja não contaminada. Eu ouvi  
340 há dois anos do representante do Governo do Paraná, que praticamente não era mais possível obter soja  
341 não contaminada. Eu acredito que além do agrotóxico, como eu disse, não apenas o herbicida da  
342 Monsanto, mas outros herbicidas que são aplicados para controlar aquilo que o herbicida da Monsanto já  
343 não controla, que organismos são ervas daninhas resistentes. Então, isso é realmente o que quis dizer esse  
344 impacto. E apenas um adendo, infelizmente, foi aprovado pelo chamado CTN – *Conselho Técnico*

345 *Nacional de Tecnologia* – técnico até pode ser, nacional pode ser, mas dominam os representantes das  
346 empresas, o Presidente, o Dr. Valter Collen, sistematicamente, constroem tentativas como podem dos  
347 representantes, que são representantes de ONGs e até mesmo do Ministério Público. Então, este Conselho  
348 acaba de aprovar todas as linhagens de milho geneticamente modificado, até mesmo as proibidas na  
349 Europa. Isto aqui é a terra das empresas, eles mandam, o nosso Governo nesse ponto é um Governo de  
350 empresas. Nem vou citar a questão dos eucaliptos, que também é, desculpem a franqueza, mas é uma  
351 vergonha estadual, um crime ambiental que está sendo cometido. Isso já foi falado e vou continuar  
352 falando, mas não agora. Então, ele aprovou para cultivo nacional o milho geneticamente modificado, que  
353 em muitos países, não só da Europa, da Ásia, não querem, porque, comprovadamente, traz problemas.  
354 Então, vamos ter outra batalha, porque esse milho, muito mais do que a soja, dissemina o seu pólen, não  
355 vai haver linhagem de milho livre de contaminação, vai acabar com o tempo, milho orgânico nem se fala,  
356 mas o milho comum vai ter genes introduzidos nessas linhagens. Então, eu sinto dizer, mas, justamente,  
357 esse problema só apareceu no Município de Palmeiras, mas, no entanto, todos têm. Muito obrigado. **Sr.**  
358 **Presidente:** Pieper, breves esclarecimentos. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu vejo que os Conselheiros têm  
359 lido os processos, porque o que o processo de Palmeiras das Missões trata em relação aos AGMs é  
360 justamente esse histórico, e a preocupação com a rotulagem, e a preocupação com os problemas que  
361 venham a surgir. Então, eu acho que cabe até um voto de louvor. Quanto ao Município de Pinheirinho do  
362 Vale, o Valtemir falou a respeito de não ter tratamento de esgotamento sanitário, tanto Palmeiras das  
363 Missões quanto Pinheirinho do Vale, com certeza, contêm nos seus planos, como anexos, as licenças de  
364 instalação de estações de tratamento de esgoto sanitário. Quanto ao Município de Itaara, o  
365 questionamento a respeito da equipe, a respeito das respectivas formações: a Tatiane é Engenheira  
366 Florestal, o Ariel é Engenheiro Agrônomo concursado, o Eduardo é Engenheiro Civil, também com  
367 matrícula de concursado, e a arquiteta urbanista é a Débora; são esses os integrantes da equipe, apesar de  
368 lá no resumo não terem constado. **Sr. Presidente:** Algum dos Conselheiros quer algum esclarecimento?  
369 Podemos encaminhar, penso que, a votação em separado? Separado ou em bloco? Consulto o Plenário.  
370 Separado? Então, entra em regime de votação o Processo nº 29850500/07-7, que é a aprovação ou não do  
371 pedido de qualificação do Município de Palmeiras das Missões para o licenciamento das atividades de  
372 impacto local. Quem for favorável se manifeste com o cartão de votação. Vinte e um votos. Contrários?  
373 Abstenções? Nenhuma abstenção e nenhuma contrariedade. **Processo aprovado.** Processo nº 8735050/07-  
374 5, Pinheirinho do Vale para a qualificação para o licenciamento das atividades de impacto local. Quem for  
375 favorável se manifeste com o cartão de votação. Dezesseis votos. Quem é contrário? Três contrariedades.  
376 Abstenções? Uma abstenção. **Aprovado.** Processo nº 136620500/00-7, qualificação do Município de Itaara  
377 para licenciamento das atividades de impacto local. Quem for favorável se manifeste com o cartão de  
378 votação. Dezesseis. Contrários? Cinco votos contrários. Abstenções? Nenhuma abstenção. **Aprovado.** Eu  
379 consulto ao Plenário, vou encaminhar uma sugestão dada pelo Conselheiro Valtemir, consultaria o  
380 Plenário se os senhores aceitariam que partisse, em razão de um consenso do Plenário, um ofício para  
381 esses municípios sobre a preocupação que foi demonstrada, que encaminhassem, ou apresentassem, ou  
382 informassem ao Conselho o desenvolvimento de projetos em relação ao gerenciamento dos agrotóxicos,  
383 que encaminhassem projetos informando o desenvolvimento, expansão de atividade de saneamento.  
384 Também ao Município de Palmeiras das Missões a respeito, se pudessem detalhar e trazer, de projetos  
385 executados com o que eles apontaram como preocupação ambiental quanto aos organismos geneticamente  
386 modificados. Estou só consultando, se o Plenário entender nós encaminhamos ofício dentro dessa  
387 proposição. Se o Plenário também entender que assim está resolvido e nos cabe dentro de 180 dias  
388 examinar ou no momento seguinte verificar se as pendências foram atendidas, por isso consulto o Plenário  
389 sobre esse encaminhamento. Está decidido, não se envia ofício e acompanhamos a realização dos planos?  
390 Estou consultando se seria razoável, saudável esse encaminhamento partir do Conselho para os  
391 municípios. O Conselheiro Valtemir foi quem trouxe esse questionamento, essa preocupação com o  
392 saneamento. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu entendo que os municípios tiveram os seus processos  
393 aprovados sem restrições. O que eu sugeriria é que através do Conselho a gente encaminhe uma carta-  
394 sugestão para que os municípios criem um programa específico nessas áreas sugeridas. **Sr. Presidente:** Os  
395 senhores concordam com essa complementação do Conselheiro Valtemir? Quem é a favor? Vinte e um  
396 votos. **Aprovado.** Serpa expedido pela Secretaria. Próximo ponto de pauta, Recursos Administrativos,  
397 relata o nosso querido Diretor Administrativo da Fundação Zoobotânica. **4. Recursos Administrativos.**  
398 **Sr. Arthur Lemos Júnior:** Boa-tarde, Senhores Conselheiros, Sr. Presidente. Trata-se do auto de infração  
399 em face do Município de Lindolfo Collor, por dispor de resíduos sólidos sem o devido licenciamento  
400 ambiental. Eu vou ser bem objetivo, vou passar diretamente ao exame de admissibilidade do recurso de  
401 agravo interposto perante a Câmara Técnica. O município recebeu a decisão administrativa da FEPAM em

402 04 de abril e interpôs o recurso de agravo para o CONSEMA no dia 24 de abril, ou seja, 20 dias depois. A  
403 Resolução CONSEMA prevê que o prazo para a interposição de agravo é de 48 horas. No caso em tela,  
404 mesmo que nós consideremos que por se tratar de um órgão público, esse prazo foi extrapolado. Portanto,  
405 foi aprovado, unanimemente, na Câmara Técnica em não acolher o recurso administrativo interposto pelo  
406 Município de Lindolfo Collor por ser intempestivo e julgar incidente a penalidade de multa no valor de R\$  
407 20.000,00 (vinte mil reais). É o relatório. **Sr. Presidente:** Em debate o relatório apresentado pelo Dr.  
408 Arthur Lemos Júnior. Alguns dos Senhores Conselheiros gostaria de se manifestar? **Sr. Valtemir**  
409 **Goldmeier:** A não admissibilidade se deu fora do prazo? **Sr. Presidente:** Sim. Intempestivamente  
410 apresentado o recurso. E mesmo eles tentaram salvar, fazendo um processo interpretativo do art.188, do  
411 Código de Processo Civil, que é contagem em dobro o prazo para a Fazenda Pública, Ministério Público,  
412 mesmo assim foi superado. Mais algum esclarecimento? Estamos aptos a votar? Em votação, quem aprova  
413 o relatório, proposta e conclusão apresentada em Plenário, mantendo e julgando subsistente o auto de  
414 infração e mantendo a penalidade, por favor, manifeste-se. Dezenove votos. Por favor, quem é contrário?  
415 Um voto contrário. Quem se abstém? Uma abstenção. (*Aprovado*). Vencemos o quarto item da pauta,  
416 agora passamos para Assuntos Gerais. Como nós fizemos em Comunicações, que seria o ofício do  
417 IBAMA, do Departamento de Licenciamento, se eu não me engano, em Assuntos Gerais entra o pedido do  
418 SINDIÁGUA. Eu gostaria que o Secretário lesse aos senhores. **5. Assuntos Gerais. Sr. Tiago**  
419 **Castagnetti:** É o Ofício do SINDIÁGUA nº 032/2008, com a data de hoje, onde diz o seguinte: “Prezado  
420 Senhor, as informações relativas à Braskem vinculadas pela imprensa, bem como aquelas constantes na  
421 página virtual do órgão ambiental do Estado nos preocupa no que tange à inexistência de EIA/RIMA na  
422 obtenção de Licença Prévia da FEPAM em um empreendimento dessa magnitude. Além disso, a  
423 existência do Processo nº 02956056708-9, que tramita na FEPAM, que se refere à solicitação de Licença  
424 Prévia da implantação do empreendimento já existente, não fornece dados que permitam esclarecer se essa  
425 Fundação estará considerando o somatórios dos impactos ambientais de todos os empreendimentos  
426 naquele local. Nesse contexto, solicitamos a inserção do assunto Braskem na pauta da próxima reunião do  
427 CONSEMA. Atenciosamente, Eloísa Rodrigues Quines, Conselheira Titular do SINDIÁGUA no  
428 CONSEMA”. Lembrando que a Conselheira Eloísa não está presente e justificou a ausência. **Sr.**  
429 **Presidente:** A palavra para a Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Só lembrando que  
430 na reunião extraordinária do CONSEMA, semana passada, entre CRH e CONSEMA, esse assunto foi  
431 levantado por três instituições, pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caí, pela Mira-Serra e pelo  
432 Ingá. Então, vem agora o SINDIÁGUA solicitar uma pauta sobre esse assunto para uma reunião. **Sr.**  
433 **Presidente:** Até foi determinada uma expedição de ofício para prestar as informações que entraram na  
434 sessão extraordinária conjunta, aí as informações seriam prestadas aos Conselhos e repassadas aos  
435 Conselheiros. **Sra. Lisiane Becker:** Mas é interessante que seja feita aqui a apresentação. **Sr. Presidente:**  
436 Sim, vai ser. A resposta vai vir para a Presidência dos dois Conselhos para ser apresentada ao Plenário.  
437 Mais algum dos senhores gostaria de se manifestar sobre esse pedido encaminhado, essa discussão,  
438 embora já tenha sido objeto de deliberação na sessão conjunta extraordinária? Segunda solicitação, Tiago.  
439 **Sr. Tiago Castagnetti:** Ofício da FARSUL solicitando ingresso em Câmara Técnica, com a data de hoje,  
440 enviado ao Presidente do CONSEMA: “Prezado Senhor, ao cumprimentá-lo vimos solicitar inclusão da  
441 Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – FARSUL na Câmara Técnica Permanente de Recursos  
442 Atmosféricos e Poluição Veicular do CONSEMA. Aceita a nossa solicitação indicamos os senhores como  
443 nossos representantes: Titular Ivo Lessa Silveira Filho, Suplente Leandro Fagundes. Atenciosamente,  
444 Carlos Rivate Sperotto – Presidente”. **Sr. Presidente:** Algum dos senhores tem objeção ou gostaria de  
445 debater e depois nós votarmos sobre a inclusão ou aprovação do pedido? Podemos votar? Quem é  
446 favorável que levante o cartão de votação, por gentileza. Dezenove votos. Contrários? Abstenções? Então,  
447 informamos ao Conselheiro da FARSUL que foi *aprovado o pedido*. Seguinte assunto. **Sr. Tiago**  
448 **Castagnetti:** *Ofício nº 288, da Secretaria da Agricultura*, com a data de hoje: “Sr. Presidente, ao  
449 cumprimentá-lo cordialmente comunico-lhe que em virtude de compromissos agendados anteriormente,  
450 tanto pelo Secretário desta pasta quanto pelos seus substitutos nesse respeitável Conselho, na 108ª  
451 Reunião do mesmo, a se realizar no dia de hoje, estará representando esta Secretaria da Agricultura,  
452 Pecuária, Pesca e Agronegócio o Servidor Paulo Fernando Galvão Braccinni. Com essa representação  
453 tenho a convicção de que estaremos emprestando a mesma qualificação e participação habitual. Certo de  
454 sua compreensão ao exposto, renovo votos de estima e consideração”. Quem assina é Gilmar, Secretário  
455 Adjunto da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio. Continuando em Assuntos Gerais, o Ofício nº  
456 122, da data de hoje, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, diz o seguinte: “Sr.  
457 Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente manifestamos o interesse desta Secretaria do  
458 Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais em participar dos trabalhos da Câmara Técnica

459 Permanente de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular deste Conselho, a fim de colaborar com os  
460 trabalhos e para elaboração de resolução viável e compatível com o desenvolvimento econômico  
461 sustentado do Rio Grande do Sul. Para tanto, sendo aceita a nossa participação, indicamos os servidores  
462 Doadi Antônio Brena e Carlos Alberto Boa Nova para participarem da reunião dessa Câmara Técnica a ser  
463 realizada no dia 1º de julho, às 14 horas, na sede da SEMA”. Quem assina é Luiz Fernando Zácchia –  
464 Secretário Adjunto do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. **Sr. Presidente:** Em discussão, Dr.  
465 Doadi, quer se manifestar? **Sr. Doadi Antônio Brena:** A Secretaria em função dos programas que estão  
466 ao seu encargo, no sentido da promoção do desenvolvimento no Estado, vê como importante participar  
467 neste momento dessa Câmara Técnica, por isso está pedindo participação e assento na mesma, tendo em  
468 vista os projetos que estão sendo discutidos, especialmente aqueles relativos ao uso de energias,  
469 notadamente, advindas do uso do carvão mineral. Essa é a razão e o interessante em participar dessa  
470 discussão. Seria isso, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Obrigado. Algum dos senhores gostaria de fazer  
471 alguma manifestação? Podemos deliberar sobre a inclusão da SEDAI na Câmara Técnica? Quem é  
472 favorável, por gentileza? Vinte e um votos. Quem é contrário? Abstencões? Nenhuma abstenção e  
473 nenhuma contrariedade. (*Aprovado*). **Sr. Tiago Castagnetti:** No segmento de Assuntos Gerais o Ofício nº  
474 35/2008 Mira-Serra, com a data de hoje, que vai tratar da Câmara Técnica de Gestão das Águas, é um  
475 assunto que nós estamos enfrentando há algumas semanas e já conseguimos dar alguns passos. O ofício  
476 diz o seguinte: “Vimos por meio deste solicitar informações sobre o deliberado na reunião do dia 27 do  
477 corrente”. Na verdade, a Mira-Serra quer se referir à reunião do dia 17 do corrente. “Resultado do  
478 expedido na Folha de Informações nº 44/2008”. Eu paro neste primeiro parágrafo, informando que essa  
479 Folha de Informação é a Folha de Informação emitida à Presidência do CONSEMA por parte da Secretaria  
480 Executiva, no caso, assinada por mim, comunicando a situação da referida Câmara Técnica. E através  
481 dessa primeira Folha de Informação nós fomos desenvolvendo um processinho. A ordem que nos chegou,  
482 ao fim e ao cabo, foi que se encaminhasse o ofício circular, que foi o Ofício nº 08/2008, emitido em 09 de  
483 junho, convocando um grande número de Entidades faltosas para comparecerem a uma reunião no dia 17,  
484 à tarde, às 15 horas, que a Conselheira Lisiane Becker está se referindo. Então, primeiramente, gostaria de  
485 informar que a reunião não ocorreu pelo fato de que ninguém esteve presente. Eu estava lá aguardando,  
486 havia outras pessoas também aguardando. Como eu disse no início, nós já demos alguns passos, porque já  
487 recebemos manifestações, por exemplo, da FAMURS, que pretende continuar, do Centro de  
488 Biotecnologia, que não faz mais parte, a AGAPAN também saiu. **Sr. Flávio Lewgoy:** A AGAPAN não  
489 fazia parte. **Sr. Tiago Castagnetti:** Na verdade, Conselheiro, permita-me a correção, ela fazia parte em  
490 algum momento e depois pediu para sair. **Sr. Maurício Colombo:** A Sandra fazia parte. **Sr. Tiago**  
491 **Castagnetti:** Exatamente. Enfim, são passos que nós já conseguimos dar. Então, depois recebemos  
492 também por parte da SEINFRA a manifestação de que quer permanecer. **Sr. Presidente:** Eu só  
493 complemento, como a retirada punitiva, mesmo com caráter punitivo, ele acaba criando um problema  
494 drástico, ou seja, tira-se determinados interessados, ao não substituí-los corre-se o risco do esvaziamento  
495 da Câmara Técnica. Então, por isso que se teve essa preocupação de consultar, houve essa preocupação de  
496 ver o interessante para que se mantenha a Câmara Técnica em funcionamento, até para evitar o  
497 esvaziamento. Foi essa a cautela. Agora, se os senhores entendem que é mais fácil em um processo de  
498 construção do sistema a pura e simples eliminação, seria a aplicação do Regimento. É por isso que se teve  
499 essa cautela de pedir, foi sugestão minha e acolhida pelo Presidente do Conselho, o Dr. Carlos Otaviano,  
500 que se fizesse uma reunião e se consultasse. Por exemplo, nós temos o Professor Eduardo, que informou  
501 que havia recebido a comunicação atrasada. Então, para evitar transtornos ou exclusões foi isso que se  
502 sugeriu. **Sr. Tiago Castagnetti:** Segundo parágrafo: “Concomitantemente, salientamos a nossa surpresa  
503 com a realização da citada reunião, uma vez que as deliberações da Plenária desse colegiado e da própria  
504 Câmara Técnica Permanente de Gestão das Águas não fizeram menção a esse encaminhamento. Além  
505 disso, a Câmara Técnica Permanente de Gestão das Águas, reunida na manhã daquele mesmo dia, teria  
506 *quorum* não fosse a postergação da solução desse problema, já várias vezes exposto nesse CONSEMA,  
507 inclusive, na reunião ordinária de dia 15 de maio e na extraordinária de 13 de junho. Desse modo,  
508 membros da Câmara Técnica se deslocaram novamente de outros municípios para a reunião daquela  
509 manhã e tiveram frustrada as suas expectativas frente ao conhecimento, no local, da citada Folha de  
510 Informação. Assim sendo, não entendemos a razão da reunião com as Entidades faltosas não ter sido  
511 realizada antes do dia 27. Cordialmente, Zoóloga Lisiane Becker, Projeto Mira-Serra”. **Sr. Presidente:** A  
512 palavra com a Conselheira Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Ficou uma situação bastante complicada, porque  
513 nós teríamos *quorum*, seria considerada a primeira reunião da Câmara Técnica com *quorum*, já excluindo  
514 a faltosas. Não são semanas que está se discutindo isso, são meses, isso já vem desde o ano passado, já foi  
515 dada mais do que oportunidade e como foi deliberado que seria a primeira reunião para valer, teve gente

516 que veio de Rio Grande, teve gente que veio de Pareci Novo e pela quarta vez consecutiva não tem  
517 reunião. Aí, por quê? É muito louvável que se faça uma reunião para (*Inaudível*), mas eu acho que poderia  
518 ter pelo menos avisado as pessoas que vieram de manhã que haveria uma reunião possivelmente à tarde, e  
519 ficamos sabendo que não houve. Então, é de ficar estarecida com uma situação dessa, é uma coisa que  
520 vem se arrastando desde o ano passado, as pessoas vêm aqui, gastam dinheiro para se deslocar, cada ONG  
521 tira do próprio bolso, veio de Pareci Novo uma pessoa para a reunião, uma pessoa qualificada, vem para  
522 cá, chega e – “não, a reunião vai ser à tarde”. Por que não fizeram antes essa reunião? Nada contra a  
523 reunião dos faltosos, que também não vieram mais uma vez, mas que fosse feita antes, não foi por falta de  
524 dias que não foi feita essa reunião antes da Câmara Técnica. Então, nós temos assuntos pendentes, como o  
525 Mauro Moura que quer tentar mostrar a minuta da APP em área consolidada e não consegue nunca. Então,  
526 é frustrante, é como se não tivéssemos motivos para fazer a reunião, nós temos *n* assuntos para colocar em  
527 pauta. Inclusive, na última reunião ordinária ficou estabelecido um marco zero no final da reunião quando  
528 não tinha mais *quorum* para votar, que a partir de agora acabou, não tem mais direito a nada; mas não  
529 houve *quorum* para deliberar. Então, temos que tomar uma solução para isso. **Sr. Presidente:** Vamos  
530 encaminhar. A palavra com o Conselheiro Maurício, depois o Conselheiro Ivo Lessa, depois o  
531 Conselheiro Lewgoy. **Sr. Maurício Colombo:** Eu sou Presidente dessa Câmara Técnica, mas eu acho que  
532 deve ser colocado um ponto final nessa questão, Presidente. Então, que se encaminhe um ofício às  
533 Entidades que estão faltando com um prazo, por exemplo, até o dia 30 de junho, não respondeu está  
534 excluído e deu, é só a Câmara Técnica funcionar. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente e demais  
535 Conselheiros, eu acho que essa questão já foi encaminhada, até porque existe um processo aberto. Eu  
536 entendo também que a vinda de Entidades e não poder deliberar é muito complicado. Nós temos a  
537 manifestação de Entidades querendo continuar, eu acho que as Entidades que estão participando e mais  
538 essas daí pode fechar o *quorum* da Câmara Técnica e seguir adiante. Em respeito à questão levantada eu  
539 acho extremamente importante, essa resolução das APPs está aguardando a posição da Câmara Técnica.  
540 Quando foi apresentada ao Conselho foi baixada para três Câmaras Técnicas, de Gestão Compartilhada, de  
541 Biodiversidade e a Gestão das Águas. A análise da Gestão Compartilhada foi feita, na Biodiversidade foi  
542 feita, voltou para a de Gestão Compartilhada, onde as questões foram adequadas e aceita a proposta pela  
543 de Biodiversidade. Então, Presidente, eu acho que já faz cinco, seis meses que está para lá e para cá, eu  
544 acho que não podemos mais esperar a Gestão das Águas. Eu trago à apreciação dos Conselheiros e do  
545 senhor para que autorizem, que o Conselho se manifeste, que essa resolução possa ser encaminhada para a  
546 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e seguir o seu trâmite, não ficar somente aguardando uma Câmara  
547 Técnica que não sabemos se vai se reunir ou não. **Sr. Presidente:** O Tiago está-me mostrando a página do  
548 processo que veio para despacho hoje: “À Secretaria do CONSEMA, ofício às instituições faltosas  
549 solicitando que se manifestem formalmente sobre o interesse em continuarem na citada Câmara Técnica,  
550 não o fazendo serão excluídas”. Recebi hoje para despacho. Conselheiros Flávio, por favor. **Sr. Flávio**  
551 **Lewgoy:** Eu ouvi uma menção ao carvão, deve ser na Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos, mas foi  
552 referido aqui. **Sr. Presidente:** O Dr. Doadi fez referência da participação da SEDAI na Câmara Técnica,  
553 em razão de projetos em desenvolvimento no Estado. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu gostaria de, ou ser  
554 convidado, ou que venha a fazer parte dessa reunião da Câmara Técnica, porque eu tenho contribuições a  
555 dar, porque eu atuo nessa área desde 1977, 1978, há alguns anos. Então, eu faço questão cerrada de  
556 participar, seja como convidado, só quero receber um aviso quando essa reunião será feita, não sei se já  
557 tem data marcada. Era isso que eu tinha. Obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado. Conselheira Lisiane. **Sra.**  
558 **Lisiane Becker:** Em primeiro lugar, a minuta não retornou ainda, ela foi mandada para a Câmara Técnica  
559 de Biodiversidade. Ela não foi analisada na última reunião. Passou para vocês e mandaram novamente  
560 para a de Gestão Compartilhada e ainda não foi analisada. Segundo ponto, eu não concordo que a gente  
561 não avalie a minuta, seria até coerente fazer isso, mas eu não concordo como princípio, aí não passa pela  
562 Câmara Técnica de Gestão das Águas por quê? Não, tem que passar pela Gestão das Águas, ficou  
563 registrado aqui em Plenário que iria passar, então, vai passar. Não é problema do *quorum*, *quorum* teve na  
564 terça-feira, o problema foi de sucessivos empurras-empurra. Desculpa a expressão, mas está sendo  
565 empurrado. Então, esse ofício colocando para as Entidades se manifestarem foi no ano passado, foi no  
566 início do ano. Quantos ofícios vamos ter que mandar? No caso, fazer assim: até um dia antes da reunião da  
567 Câmara Técnica que se apresente uma data, mas antes da próxima reunião, porque está havendo um  
568 desgaste muito grande e daqui a pouco as pessoas que querem realmente participar virão, mas chegam  
569 aqui e não tem ninguém. **Sr. Presidente:** Posso sugerir um prazo de 5 dias? Sai o ofício e conta 5 dias. Se  
570 o Conselho assim decidir, que as instituições faltosas serão científicadas para em 5 dias para se  
571 manifestarem sobre a continuidade sob pena de exclusão. No sexto dia, verificado que não deu, excluímos  
572 automaticamente por deliberação do Conselho. Verifica-se o *quorum* e a Câmara funciona. A palavra com

573 o Cel. Ladimir, depois o Conselheiro Ivo Lessa. **Sr. Ladimir Silva:** Eu gostaria de fazer um  
574 esclarecimento, que a Secretaria de Segurança Pública recebeu a solicitação do CONSEMA em relação à  
575 participação em todas as Câmaras Técnicas. Isso já foi respondido em 15 de abril, quando mandei a  
576 resposta para cá. Então, somente salientar que essa questão da participação ou não, seria importante  
577 ressaltar que havia um problema de comunicação, porque as informações estavam indo direto para os  
578 Conselheiros e nós temos efetivo em todo o Estado do Rio Grande do Sul e muitas vezes o Conselheiro  
579 não podia vir, a gente não tinha como convocar o suplente dele, sob pena de não ter a reunião. Então, nós  
580 solucionamos isso de maneira que recebemos o e-mail no Comando Ambiental para que a gente possa  
581 fazer esse controle da participação do Conselheiro nas Câmaras Técnicas, para solucionar esse problema  
582 da participação do efetivo da Brigada Militar. Somente esse esclarecimento aos Conselheiros. **Sr. Ivo**  
583 **Lessa Silveira Filho:** Presidente, só para esclarecer, quando a Lisiane coloca que teria *quorum*, teria  
584 *quorum*, mas só se fossem eliminados os Conselheiros faltantes. Então, não tinha *quorum* a Câmara  
585 Técnica. Vamos deixar bem claro, senão daqui a pouco parece que teve *quorum* e não foi deliberado, não,  
586 não foi isso, a questão é que estávamos em sete e o *quorum* é de nove. Então, não havia *quorum* para  
587 analisar e deliberar. Segundo, sobre a questão das APPs em áreas urbanas, somente o SINDIÁGUA que  
588 faz parte da Câmara Técnica da Gestão das Águas e não faz parte da Biodiversidade. Então, não sei, onde  
589 foi discutida toda a proposta das APPs em áreas urbanas todas as Entidades que fazem parte da Câmara  
590 Técnica de Gestão das Águas fazem parte da Câmara Técnica da Biodiversidade. É por isso a  
591 manifestação em poder deixar ir adianta a discussão. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação dos  
592 Senhores Conselheiros? Podemos encaminhar, então, como decisão do Plenário, ciência aos faltosos da  
593 Câmara Técnica de Gestão das Águas para que se manifestem em cinco dias, a contar do recebimento da  
594 correspondência expedida hoje, no máximo segunda-feira, sob pena de imediata exclusão. Pode ser assim  
595 formulada? Quem é favorável se manifeste, por gentileza. Vinte e um votos. Algum voto contrário?  
596 Alguma abstenção? **Aprovado por unanimidade.** Já fica consignado que na próxima sessão do Conselho  
597 serão informados os Senhores Conselheiros sobre quem se manifestou favorável com a inclusão ou não,  
598 quem se omitiu à resposta, até quem respondeu dizendo que não pretende participar. Ainda estamos em  
599 Assunto Gerais. Conselheiros Valtemir e depois o Conselheiro Marcelo. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu  
600 gostaria, Sr. Presidente, Senhores Conselheiros, de trazer para o Conselho uma proposta de nós  
601 constituirmos um grupo de trabalho em relação ao seguinte assunto: nós estamos vivendo um momento no  
602 Brasil onde está havendo uma discussão fundamental sobre os que são a favor do desenvolvimento e os  
603 que, eventualmente, estão a achar que o desenvolvimento vai ter que ser feito com alguns cuidados a mais.  
604 a nossa Entidade sempre primou por isso e os municípios do Rio Grande do Sul têm cumprido a legislação  
605 no que tange à saúde, no que tange à educação. E nós temos no Estado do Rio Grande do Sul municípios  
606 que a área da educação está voltada para o meio ambiente e estão de parabéns. Eu gostaria de fazer junto  
607 ao Conselho a colocação de que nós temos um município no Estado que implantou em 1999 a primeira  
608 escola municipal de segundo grau de meio ambiente. Eu gostaria de trazer ao Conselho a sugestão de  
609 montarmos um grupo de trabalho, recomendando que todas as escolas técnicas do Estado dessem um  
610 curso de meio ambiente em nível de segundo grau, voltada a formar técnicos de nível médio para atuarem  
611 na área do meio ambiente, porque esse profissional não existe. Nós temos técnicos agrícolas, mas técnico  
612 de meio ambiente não tem. E para nossa satisfação hoje nós já temos algumas escolas que estão com  
613 cursos nessa área, tem a escola de Teotônia, que tem um curso pós-segundo grau, formando técnicos na  
614 área ambiental; nós temos a Escola Bom Pastor, de Nova Petrópolis, que está formando técnicos pós-  
615 segundo grau em meio ambiente; a ULBRA já tem; nós temos o IPUC de Canoas e temos essa escola de  
616 Ilópolis, que é considerada um exemplo nacional. Então, eu gostaria de sugerir, já que o Governo Federal  
617 está trazendo para o Estado uma série de investimentos na área da educação voltada, principalmente para  
618 as escolas técnicas, que este Conselho pudesse criar um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho levar  
619 uma sugestão à Secretaria Municipal de Educação, no sentido de em todas as escolas técnicas, onde a  
620 escola for técnica, não interessa se é técnica em agricultura, técnica industrial, na região do Vale dos Sinos  
621 nós temos várias escolas técnicas voltadas para o couro, que a gente criasse um curso voltado para o meio  
622 ambiente. Então, em nome da FAMURS eu gostaria de registrar a possibilidade da gente criar um grupo  
623 de trabalho e levar isso adiante. Então, é a minha sugestão, eu sei que é um ano complicado, é um ano  
624 eleitoral para os municípios, mas eu tenho certeza que isso seria muito bem aceito pela sociedade do Rio  
625 Grande do Sul. E eu tenho certeza que nós poderíamos angariar uma proposta dessas, esses grandes  
626 investimentos que estão sendo colocados aí, tenho certeza que essas grandes empresas entrariam em  
627 projetos de compensação para fomentar esse tipo de empreendimento, ou seja, curso técnico de segundo  
628 grau ou pós-segundo grau para a área ambiental. Obrigado, Presidente. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:**  
629 Eu gostaria de fazer uma sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião, pode ser feita neste

630 momento? **Sr. Presidente:** Claro, pode solicitar. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:** Eu gostaria de discutir  
631 a questão da Câmara Estadual de Compensação Ambiental. A Portaria nº 15, de março de 2008, extinguiu  
632 a Câmara que existia já há dois anos e criou uma nova Câmara. Então, eu gostaria de fazer uma sugestão,  
633 que fosse convocado o Presidente da antiga Câmara que atuou durante dois anos na Câmara de  
634 Compensação, que fizesse uma apresentação de um balanço do que foi feito, as discussões e o que foi  
635 deliberado na Câmara de Compensação Ambiental, os avanços que existiram a partir da criação da  
636 Câmara. Em um segundo momento eu gostaria de uma posição da Secretaria em relação à nomeação da  
637 nova Câmara, que, na verdade, extinguiu-se a Câmara que existia e até o momento não existe uma nova  
638 Câmara; bem como em relação à questão do Plano de Aplicação de Recursos, que eu acho que está  
639 vinculado. Eu acho que é importante, no momento em que se começa a ouvir na imprensa a questão da  
640 compensação ambiental da Aracruz, 18 milhões, reuniões, Prefeitura, Estado e tal, isso são assuntos que  
641 devem ser tratados pela Câmara de Compensação Ambiental. Então, eu gostaria de manifestar a minha  
642 posição e sugerir que fosse incluído na próxima reunião esse ponto de pauta. **Sr. Presidente:** Algum dos  
643 Conselheiros se opõe à inclusão desse ponto de pauta, a apresentação pelo nosso Técnico Milton Stakes,  
644 do relatório de atividade da Câmara Técnica 2006/2007? Quem é favorável a essa inclusão, por favor?  
645 Dezesete votos. Quem é contrário? Nenhum. Abstenção? Nenhuma. **Aprovada a inclusão.** A Secretaria  
646 vai elaborar o ofício para o Secretário convocar o servidor para comparecer e fazer a apresentação do  
647 trabalho relacionado à Câmara de Compensação Ambiental. A Conselheira Lisiane é a próxima inscrita.  
648 **Sra. Lisiane Becker:** É relativo ao que o Conselheiro Valtemir sugeriu. Eu fico um tanto apreensiva com  
649 essa criação de escolas técnicas nos municípios, porque eu presenciei diretamente, ajudei alguns alunos  
650 das escolas técnicas em estágios e era sempre repetido que era uma dificuldade a inserção no mercado.  
651 Inclusive, o da Escola Técnica da UFRGS, que tem técnico em controle e monitoramento ambiental, até  
652 agora não conseguiu registrar no CREA, só o da ULBRA é regulamentado. E, paradoxalmente, a  
653 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul tinha um curso de tecnólogo em meio ambiente muito  
654 importante, está sendo extinto, vai ficar só Pedagogia. Então, um município carente disso, a universidade  
655 que ainda dá conta de vinte alunos está com dois professores em caráter superficial, que foram  
656 contratados, não foram concursados pela universidade, porque vai ser extinto esse curso lá. Então, eu  
657 pergunto a razão de criar uma escola técnica, se todos os municípios tiverem uma escola técnica, criar uma  
658 escola técnica se a universidade que estava lá foi sucateada, foi deixada de lado pelo Estado e hoje vai  
659 ficar só Pedagogia. Por outro lado, muitos alunos egressos desse curso técnico em nível segundo grau  
660 também não estão achando inserção no mercado. Então, eu acho que seria mais interessante que esses  
661 cursos que já existem, como técnico em agricultura, técnico em não sei mais o que, que fosse inserido em  
662 disciplinas voltadas em gestão do ambiente, não criar um novo técnico, porque não tem inserção no  
663 mercado, não tem registro no CREA, está difícil de tirar, na universidade que estava formando foi  
664 considerado supérfluo porque não ia ter inserção de mercado. Então, é melhor nós inserirmos disciplinas  
665 de gestão ambiental nesses cursos, mas não criar um novo curso porque vai ser prejuízo. **Sr. Presidente:**  
666 Obrigado, Conselheira. Mais algum dos senhores quer se manifestar sobre os temas que estão em debate?  
667 Não havendo mais nenhum inscrito, mais uma vez agradeço toda a gentileza, atenção e contribuição que  
668 os senhores tiveram em mais uma tarde de funcionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente. E  
669 declaro encerrados os trabalhos.

670 – *Encerram-se os trabalhos às 16 horas.*